

Industriais fazem coro por redução no custo de energia

Ruy Barata Neto, de Brasília / rneto@brasileconomico.com.br

Industriais fazem coro por redução no custo de energia

Fiesp e Firjan retomam campanha por energia mais barata, mas, desta vez, em discurso afinado com o governo

Ruy Barata Neto, de Brasília
rneto@brasileconomico.com.br

O setor industrial entra em cena para reforçar o discurso do governo em defesa da Medida Provisória (MP) 579, que propõe a renovação antecipada das concessões do setor elétrico em troca da redução nos custos de geração e transmissão de energia. A iniciativa é liderada pelas Federações das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan).

Em anúncio veiculado nos principais jornais, na última sexta-feira (23), a Fiesp e a Fir-

jan iniciaram ataques a “algumas poucas empresas estatais” que resistem em aceitar as condições de renovação das concessões de energia — um recado direto a estatais como Cesp e a Cemig.

Segundo as entidades, está havendo um lobby para que deputados e senadores não aprove a MP, o que visa interesse de poucos.

“Estas estatais não deveriam estar pressionando nada, porque estão há cinquenta e seis anos com esses ativos e cobram a amortização de investimentos que foram feitos na década de 60”, afirma o presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

Pelos cálculos das entidades, a redução média de 20,2% na tarifa de energia, obtida com a renovação das concessões, injetará R\$ 24 bilhões na economia e aumentará a competitividade da indústria brasileira.

A mobilização das entidades em favor do governo veio no momento em que se aproxima o encerramento do prazo (em 4 de dezembro) para que as concessionárias do setor, cujos contratos vencem entre 2015 e 2017, digam se aceitam manter as concessões.

Sentindo-se isolada diante do bombardeio de investidores e das empresas do setor, Dilma cobrou apoio das indústrias, que vinham permanecendo em silêncio desde a edição da MP



Henrique Manreza

Skaf: etapa agora é a aprovação da MP, que precisa passar para que a conta de luz fique mais barata

em setembro. Para interlocutores, Dilma demonstrou-se satisfeita com a ação das entidades.

Industriais

A resposta de Paulo Skaf veio com a reformulação da mesma campanha de mídia lançada no ano passado para pressionar o governo a promover nova rodada de licitações do setor. O tom crítico da época deu lugar ao apoio ao governo como estratégia para capitalizar a ini-

ciativa de redução do custo de energia após o fim dos contratos de concessões.

Por outro lado, a posição assumida pela Fiesp e Firjan não é unanimidade entre os associados da Fiesp. Alguns consideram a defesa à MP prematura demais, uma vez que ainda não há garantias de que a redução do custo de energia beneficie os grandes conglomerados industriais que priorizam compra de energia no mercado livre. Há re-

ceios de que a operacionalização da redução da energia no mercado cativo acabe promovendo um efeito contrário de aumento do custo de energia no mercado livre.

“A posição da Fiesp representa os interesses de 80% dos seus associados, mas não está afinada com os interesses de grandes industriais que compram parte da energia que usam no mercado livre”, afirma a fonte. ■ Colaborou Felipe Peroni



Fiesp e Firjan retomam campanha por energia mais barata, mas, desta vez, em discurso afinado com o governo

O setor industrial entra em cena para reforçar o discurso do governo em defesa da Medida Provisória (MP) 579, que propõe a renovação antecipada das concessões do setor elétrico em troca da redução nos custos de geração e transmissão de energia. A iniciativa é liderada pelas Federações das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan). Em anúncio veiculado nos principais jornais, na última sexta-feira (23), a Fiesp e a Firjan iniciaram ataques a “algumas poucas empresas estatais” que resistem em aceitar as condições de renovação das concessões de energia - um recado direto a estatais como Cesp e a Cemig. Segundo as entidades, esta havendo um lobby para que deputados e senadores não aprove a MP, o que

visa interesse de poucos. "Estas estatais não deveriam estar pressionando nada, porque estão há cinquenta e seis anos com esses ativos e cobram a amortização de investimentos que foram feitos na década de 60", afirma o presidente da Fiesp, Paulo Skaf. Pelos cálculos das entidades, a redução média de 20,2% na tarifa de energia, obtida com a renovação das concessões, injetara R\$ 24 bilhões na economia e aumentara a competitividade da indústria brasileira. A mobilização das entidades em favor do governo veio no momento em que se aproxima o encerramento do prazo (em 4 de dezembro) para que as concessionárias do setor, cujos contratos vencem entre 2015 e 2017, digam se aceitam manter as concessões. Sentindo-se isolada diante do bombardeio de investidores e das empresas do setor, Dilma cobrou apoio das indústrias, que vinham permanecendo em silêncio desde a edição da MP em setembro. Para interlocutores, Dilma demonstrou-se satisfeita com a ação das entidades.

Industriais

A resposta de Paulo Skaf veio com a reformulação da mesma campanha de mídia lançada no ano passado para pressionar o governo a promover nova rodada de licitações do setor. O tom crítico da época deu lugar ao apoio ao governo como estratégia para capitalizar a iniciativa de redução do custo de energia após o fim dos contratos de concessões. Por outro lado, a posição assumida pela Fiesp e Firjan não é unanimidade entre os associados da Fiesp. Alguns consideram a defesa a MP prematura demais, uma vez que ainda não há garantias de que a redução do custo de energia beneficie os grandes conglomerados industriais que priorizam compra de energia no mercado livre. Há receios de que a operacionalização da redução da energia no mercado cativo acabe promovendo um efeito contrário de aumento do custo de energia no mercado livre. "A posição da Fiesp representa os interesses de 80% dos seus associados, mas não está afinada com os interesses de grandes industriais que compram parte

da energia que usam no mercado livre", afirma a fonte. ■ Colaborou Felipe Peroni

Carga Pesada

Peso dos tributos na conta de luz

23% custo de transmissão e distribuição

27% são tributos

40% é o preço da energia

10% de encargos

Fontes: **Instituto Acende Brasil** e consultoria Andrade&Canellas